

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Maio de 2012	1
A Recuperação do IVA em Créditos Incobráveis	2
IAS 19 – Benefícios aos Empregados (Revisão 2011)	5
Revisores e Auditores	7

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – MAIO DE 2012

Assembleia da República - Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio - Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.º(s) 18/2003, de 11 de Junho, e 39/2006, de 25 de Agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro.

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral - Declaração de Rectificação n.º 23/2012, de 11 de Maio - Rectifica o Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de Março, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que procede à alteração do regime jurídico de protecção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 54, de 15 de Março de 2012.

Assembleia da República - Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio - Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira. De referir que estas alterações à Lei que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2012 são consistentes com os resultados da Terceira Missão da Avaliação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 150-A/2012, de 17 de Maio. A presente portaria procede à definição dos procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63 - A/2008, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público, designadamente quanto aos termos e condições do investimento e do desinvestimento públicos, incluindo os critérios aplicáveis à sua remuneração, aos termos e elementos adicionais do plano de recapitalização e ao limiar a partir do qual o Estado pode exercer os direitos de voto inerentes à sua participação.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de Maio - Disciplina a intervenção do Estado na definição, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas e cria a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos.

A RECUPERAÇÃO DO IVA EM CRÉDITOS INCOBRÁVEIS

A dedução do IVA de créditos incobráveis

As vendas e prestações de serviços têm subjacente a obrigatoriedade de emissão de facturas ou documentos equivalentes (alínea b) do nº 1 do artigo 29º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado - CIVA), e por conseguinte cria a obrigação de o emitente entregar ao Estado o IVA liquidado na factura.

Acontece, porém, que muitas das vezes, o devedor não efectua o pagamento da factura o que implica também não pagar o IVA. Nestas circunstâncias, não é justo exigir ao credor a entrega ao Estado de um valor que, afinal, não recebeu.

Até há algum tempo atrás, só era possível recuperar o IVA de créditos não cobrados por via do recurso a Tribunal, em que o credor alegava que não tinha recebido do cliente o valor da factura. A Lei do Orçamento de Estado para 2010, Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, veio alterar o art.º 78º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), prevendo duas novas situações nas quais é possível a recuperação de IVA nos denominados créditos incobráveis.

Assim, e de acordo com o n.º 7 do artigo 78º do CIVA, é possível recuperar o IVA de créditos considerados incobráveis nas seguintes situações:

- a)** Em processo de execução, após o registo da suspensão da instância, por não terem sido encontrados bens penhoráveis (alínea c) do nº 2 do artigo 806.º do Código do Processo Civil);
- b)** Em processo de insolvência quando a mesma seja efectivamente decretada (já prevista anteriormente);
- c)** Nos termos de acordo obtido em procedimento extrajudicial de conciliação relativos a empresas em condições de requerer judicialmente a sua insolvência, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 316/98, de 20 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2004, de 18 de Agosto.

Créditos incobráveis em processo de execução

O IVA de créditos considerados incobráveis em processo de execução pode ser recuperado, desde que se verifiquem os seguintes pressupostos:

- O processo de execução deverá ser declarado extinto por não terem sido encontrados bens penhoráveis;
- A extinção do processo de execução deverá estar inscrita no Registo Informático de Execuções (RIE).

O RIE consiste numa base de dados utilizada pelos Agentes de Execução, na qual é obrigatória a inscrição de todos os processos que tenham terminado sem que a dívida tenha sido paga por não terem sido encontrados bens penhoráveis. A partir do momento em que,

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

naquela base de dados, conste o encerramento de um processo sem que a dívida tenha sido paga, o credor passa a poder deduzir o IVA constante das facturas que se encontrem por pagar.

Créditos incobráveis em processo de insolvência

Os sujeitos passivos podem deduzir o imposto respeitante a créditos considerados incobráveis em processo de insolvência quando a mesma for decretada. A regularização do imposto deve ser efectuada com base na certidão emitida pelo Tribunal, na qual se declara a insolvência e se especifica que esta já transitou em julgado e se certifica que, na reclamação de créditos, foi pedida pelo sujeito passivo a quantia de que é credor. Significa que, a recuperação/dedução do IVA contido em créditos considerados incobráveis relativamente a insolventes está condicionada à decretação da insolvência (que é publicada em Diário da República).

Além disso, o sujeito passivo deve estar em condições de provar que o seu crédito foi reconhecido e não pago (total ou parcialmente) no âmbito do processo de insolvência.

Assim, se um credor pretender recuperar o IVA de créditos detidos sobre uma empresa declarada insolvente, terá que cumprir os seguintes requisitos: i) solicitar ao Tribunal uma certidão que certifique a sentença de insolvência; ii) fazer prova de ter reclamado os créditos e de que os mesmos foram reconhecidos.

Créditos incobráveis em acordo obtido em procedimento extrajudicial de conciliação

Este procedimento é mediado pelo IAPMEI com o objectivo de viabilizar um acordo entre a empresa em dificuldades financeiras e os seus credores.

Assim, se uma determinada empresa estiver em situação de pré-falência, pode pedir a intervenção do IAPMEI para que proceda junto dos seus credores com vista à obtenção de um acordo que permita o pagamento parcial ou faseado das dívidas.

Nesse acordo, também poderá ocorrer o perdão de créditos, o que permite ao credor deduzir o IVA em relação aos mesmos.

No entanto, os credores que pretendam deduzir o IVA deverão dar conhecimento ao devedor da anulação do imposto para que este possa rectificar as deduções que anteriormente efectuara.

Na nossa **Newsletter nº 59 – Dezembro/2011** referimo-nos aos princípios orientadores da recuperação extrajudicial de devedores.

Outros créditos

Para além das situações anteriormente referidas, o n.º 8 do artigo 78º do CIVA prevê a possibilidade de regularização do IVA respeitante a outros créditos, desde que se verifique uma das seguintes condições:

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

- O valor do crédito não seja superior a € 750, IVA incluído, a mora do pagamento se prolongue para além de seis meses e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito a dedução;
- Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8.000, IVA incluído, quando o devedor, sendo um particular ou um sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não conferem o direito à dedução, conste no Registo Informático de Execuções (RIE) como executado contra quem foi movido processo de execução anterior entretanto suspenso ou extinto por não terem sido encontrados bens penhoráveis;
- Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8.000, IVA incluído, tenha havido aposição de fórmula executória em processo de injunção ou reconhecimento em acção de condenação e o devedor seja particular ou sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não confirmem direito a dedução;
- Os créditos sejam inferiores a € 6.000, IVA incluído, deles sendo devedor sujeito passivo com direito à dedução e tenham sido reconhecidos em acção de condenação ou reclamados em processo de execução e o devedor tenha sido citado editalmente;
- Os créditos sejam superiores a € 750 e inferiores a € 8.000, IVA incluído, quando o devedor, sendo um particular ou um sujeito passivo que realize exclusivamente operações isentas que não conferem direito a dedução, conste da lista de acesso público de execuções extintas com pagamento parcial ou por não terem sido encontrados bens penhoráveis no momento da dedução.

Para que seja possível a dedução do imposto nas situações indicadas, o valor global dos créditos, o valor global do imposto a deduzir, a realização de diligências de cobrança (por exemplo, o envio de cartas para cobrança) por parte do credor e o insucesso, total ou parcial, de tais diligências devem encontrar-se documentalmente comprovados e ser certificados por revisor oficial de contas. Esta certificação deverá fazer parte do processo de documentação fiscal.

Prazo para a regularização do IVA

O prazo para a regularização do IVA relativo aos créditos incobráveis é de quatro anos (nº 2 do art.º 98.º do CIVA) contados a partir:

- Nos processos de execução - da data de registo da extinção da execução;
- Nos processos de insolvência - da data da publicação da sentença de insolvência;
- Restantes créditos - do momento em que se encontram verificados os requisitos para a sua dedução.

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

Comunicação ao adquirente dos bens ou serviços

É indispensável a comunicação ao devedor do procedimento de regularização do imposto, quando o devedor seja, também ele, um sujeito passivo de IVA.

Recuperação de créditos

No caso de posterior recebimento de créditos em que tenha sido feita a regularização do IVA, o sujeito passivo está obrigado a entregar o respectivo imposto no período em que se verificou o seu recebimento.

- Paula Bárbara -

Bibliografia:

- *Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)*
- *Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril*

IAS 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (REVISÃO 2011)

Em Junho de 2011, o IASB (*International Accounting Standards Board*) publicou uma revisão da norma internacional de contabilidade “IAS 19 – Benefícios dos Empregados”, a qual introduziu alterações sobretudo ao nível dos benefícios pós-emprego, em particular nos planos de benefício definido.

Definições

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados, que não sejam benefícios de cessação de emprego nem benefícios de curto prazo, pagáveis após a conclusão do emprego. São exemplos de benefícios pós-emprego as pensões de reforma e sobrevivência, os cuidados médicos pós-emprego, os seguros de vida pós-emprego, entre outros. Uma empresa estabelece acordos formais ou informais (planos de benefício pós-emprego), pelos quais proporciona benefícios pós-emprego a um ou mais empregados.

A IAS 19 classifica os planos de benefício pós-emprego como planos de contribuição definida ou planos de benefício definido, sendo que nos planos de contribuição definida a obrigação legal ou construtiva da entidade é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo, enquanto que num plano de benefício definido a obrigação da entidade é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos. Deste modo, num plano de contribuição definida o risco actuarial (que os benefícios possam vir a ser inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os activos investidos possam vir a ser insuficientes

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

para satisfazer os benefícios esperados) recaem no empregado, e num plano de benefício definido recaem na entidade.

IAS 19 (revisão 2011)

A revisão de 2011 à IAS 19 veio introduzir alterações na contabilização dos planos de benefício definido, especialmente no que respeita ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais decorrentes de diferenças observadas entre os pressupostos utilizados na determinação de responsabilidades e do rendimento esperado dos activos que se lhe encontram afectos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais ocorridos no exercício.

Salienta-se que, antes desta revisão, tais desvios actuariais e financeiros eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo, até ao limite de 10% do valor actual da obrigação de benefícios definidos ou do justo valor de quaisquer activos do plano à data de balanço (ou quando aplicável das provisões constituídas), dos dois o maior (método do corredor). Os desvios actuariais e financeiros que excediam o corredor, eram reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício no decorrer do período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Na sequência desta revisão, foi eliminado o “método do corredor” e os desvios actuariais e financeiros passaram a ser integralmente registados por contrapartida de capital próprio. Esta alteração na forma de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, veio assim eliminar a opção de diferimento do reconhecimento das variações ocorridas nos activos do fundo e nas responsabilidades com planos de benefício definido.

Outra alteração que a revisão de 2011 introduziu na IAS 19 prende-se com o reconhecimento do custo do serviço passado, devendo uma entidade passar a reconhecer o custo dos serviços passados como um gasto assim que se verificar um dos seguintes acontecimentos (i) no momento da alteração do plano ou (ii) quando forem reconhecidos os custos da reestruturação relacionada (IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes) ou os benefícios de cessação de emprego. Antes da revisão estes custos eram reconhecidos como um gasto numa base de linha recta durante o período médio até que os benefícios se tornassem adquiridos, sendo que quando os mesmos se tornassem adquiridos, o custo de serviço passado devia ser reconhecido imediatamente.

O custo do serviço passado surge quando uma entidade introduz um plano de benefício definido que atribui benefícios ao serviço passado ou altera os benefícios a pagar por esse serviço ao abrigo de um plano de benefício definido existente.

Decorrentes destas alterações, as componentes dos custos com os planos de benefício definido passaram a ser desagregadas da seguinte forma: (i) os custos operacionais associados ao plano (gastos e rendimentos) passam a incluir o custo do serviço corrente menos as contribuições dos empregados, o custo/proveito do serviço passado e o efeito de cortes no plano; e (ii) os custos financeiros (gastos e rendimentos) passam a incluir o custo/proveito líquido dos juros, em substituição das componentes custo dos juros e retorno esperado dos activos do plano.

ORA newsletter

Nº 65 – JUNHO/2012
(circulação limitada)

Em termos das divulgações relativas aos planos de benefício definido, a revisão de 2011 à IAS 19 ampliou as exigências de informação a divulgar associada aos riscos do plano. Deste modo, uma entidade deve divulgar a seguinte informação relativamente aos planos de benefício definido: (i) explicação das características dos planos de benefício definido e os riscos associados a tais planos; (ii) identificação e esclarecimento dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (iii) descrição dos efeitos de cada plano de benefício definido nos fluxos de caixa futuros da empresa.

O texto revisto da norma IAS 19 é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, sendo permitida a sua adopção antecipada. A alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com o previsto na “IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros”.

- Cláudia Reis -

Bibliografia:

- *Norma Internacional de Contabilidade “IAS 19 Benefícios dos Empregados”*
- *IASB, “IAS 19 Employee Benefits – Mark-up”, 21 September 2011*
- *IASB, “Amendments to IAS 19 Employee Benefits – Project Summary and Feedback Statement”, June 2011*
- *Towers Watson, “Revisão da norma IAS 19 – 2011, Benefícios pós-emprego”, Setembro de 2011*
- *Towers Watson, “Benefícios dos Empregados – O IASB propõe alterações à norma IAS 19”.*
- *www.iasb.org*

REVISORES E AUDITORES

A FEE (Federation of European Accountants / Fédération des Experts Comptables Européens) tornou pública, em 23 de Maio de 2012, a sua posição em relação à Proposta de Directiva de Contabilidade, no que respeita aos assuntos relacionados com a auditoria.

O documento pode ser consultado no site da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (www.oroc.pt).

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*

7/7

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662